

## Proibição do nepotismo já repercute no Senado

GARIBALDI ALVES

Casa vai fazer levantamento para cumprir a decisão

ALVARO DIAS

Medida mostra que sociedade deseja "um tempo novo"

JOSÉ NERY

Congresso Nacional deveria ter agido antes do Supremo

2



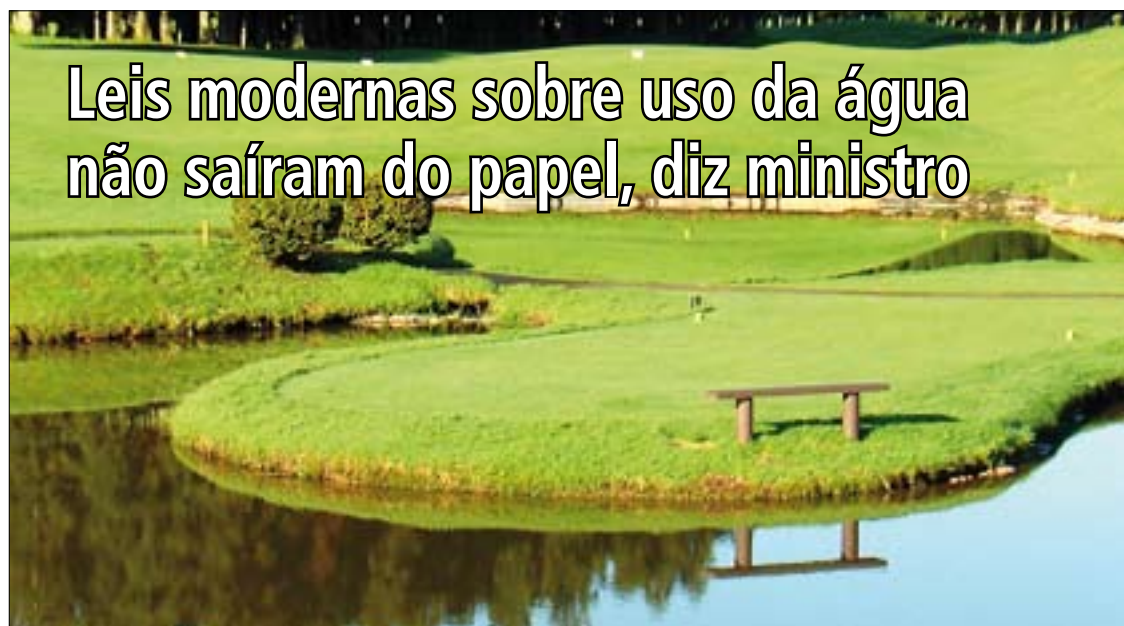
Volter Compagnoni/ABR

Passageiros lotam área de check-in do aeroporto de Congonhas: projeto garante respeito aos direitos dos passageiros

### Atraso de vôo poderá levar a indenização

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem projeto que obriga as empresas aéreas a indenizar passageiros que não embarcaram devido a *overbooking*, atraso ou cancelamento de vôo. A proposta terá ainda de ser examinada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. 3

João Vicente: inovação tecnológica é urgente. 7 | Heráclito e Mão Santa: combate à corrupção. 8



Luís Câmara/Flickr

Campos de golfe: especialista adverte que eles poluem lençóis subterrâneos, trazendo riscos à fauna e à saúde humana. 5

### Paulo Duque resalta os 54 anos da morte de Getúlio

Paulo Duque recordou o suicídio, em 1954, do então presidente da República. Segundo ele, a morte de Getúlio Vargas calou a boca dos falsos amigos e políticos inescrupulosos que, na surdina, o traíram. Para o senador, Vargas matou-se com um tiro no coração para defender sua honra,

deixando um legado de "heroísmo, firmeza e personalidade". Paulo Duque lembrou ainda a criação da Petrobras, outra herança do governo Vargas, e o conselho de um geólogo norte-americano, que sete anos depois da fundação da empresa aconselhou-a a "procurar petróleo no mar". 8



Divulgação

Getúlio Vargas, que tornou célebre a expressão "saio da vida para entrar na história", cunhada na sua carta-testamento

### Para Delcídio, há precipitação nas discussões sobre o pré-sal

Delcídio Amaral considerou preocupante a forma "precipitada" como estão sendo discutidas as novas jazidas de petróleo. O senador disse que o debate sobre o assunto deve levar em conta o que essa riqueza pode representar para o futuro do Brasil. 6

### Gim apóia pedido de força para Entorno

Gim Argello leu correspondência encaminhada a Lula pelos governadores do DF e de Goiás, e assinada por dirigentes partidários, reivindicando a presença da Força Nacional de Segurança no Entorno de Brasília até o fim das eleições. 6



Presidente do Senado explica, em entrevista à imprensa, que, logo após a publicação da súmula do Supremo Tribunal Federal, Casa fará levantamento sobre a contratação de parentes de parlamentares



Presidente do Senado afirma que se surpreendeu com a amplitude da súmula do STF e que não sabe ainda como ela repercutirá nos gabinetes

## Garibaldi: Senado adotará medidas para cumprir decisão sobre nepotismo

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, surpreendeu-se com a amplitude da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de adotar uma súmula com regras sobre a prática do nepotismo nos três Poderes da União. Com a súmula, é possível contestar, no próprio STF, por meio de reclamação, a contratação de parentes para cargos da administração pública direta e indireta. Garibaldi falou com a imprensa logo que chegou ao Senado, na manhã de ontem.

– Na verdade, eu não esperava que a decisão a ser adotada tivesse a amplitude que teve. Agora, é cumprir a decisão do Judiciário. Antes, porém, vamos aguardar os desdobramentos, a fim de saber como se deve proceder para cumprir a súmula. Eu vou ter de dispensar um parente meu, que trabalha no gabinete,

mas não sei quanto à repercussão da súmula em outros gabinetes de senadores.

Garibaldi explicou que, após a publicação da súmula, será feito um levantamento sobre a contratação de parentes de parlamentares, para que se cumpra a decisão. Ele não considerou rigorosa a decisão do STF, acrescentando que apenas se surpreendeu com sua amplitude.

– Pensei que a decisão atingiria aqueles que tinham parentes no Judiciário, e não nos outros Poderes, mas o STF decidiu no sentido de que tivéssemos a decisão alcançando os demais Poderes.

– Presidente, uma decisão assim já não poderia ter sido

tomada pelo Legislativo? – perguntaram-lhe na entrevista.

– Poderia já ter sido votada pelo Congresso, mas não houve consenso. Todos nós sabemos, isso não é novidade, que depois que eu cheguei à Presidência do Senado não houve cogitações no sentido de votar os projetos que estavam em andamento nesse sentido.

Garibaldi Alves anunciou o envio de telegramas aos senadores, lembrando o compromisso assumido pelas lideranças partidárias para virem a Brasília votar. Ele observou que a última semana de agosto foi reservada para deliberação sobre seis medidas provisórias, além de uma extensa pauta.

**Senador esclarece que não considerou a medida rigorosa e que apenas se surpreendeu com a sua abrangência**

### Licitações

Na mesma entrevista, o presidente do Senado afirmou que se reuniu quarta-feira com o corregedor da Casa, Romeu Tuma (PTB-SP), para discutir o processo que investiga supostas irregularidades em licitações da instituição. O corregedor já conversou com procuradores que trabalham nesse processo.

– Tuma me disse que, pelo que ele tinha apurado até agora, não havia envolvimento de nenhum senador. Entretanto, ele pediu para só fazer o relatório quando tiver uma conclusão mais aprofundada. Nós achamos que isso deveria realmente ser feito e ele me pediu pelo menos até quarta-feira [27] para que tivéssemos a conclusão do trabalho. Da parte do Senado, qualquer outra providência terá de esperar por esse relatório.

### Medida proíbe contratação de parentes nos três Poderes

O Supremo Tribunal Federal acaba de aprovar, por unanimidade, a 13ª Súmula Vinculante da corte, que veda o nepotismo nos três Poderes, no âmbito da União, dos estados e dos municípios. O dispositivo deve ser cumprido por todos os órgãos públicos e, na prática, proíbe a contratação de parentes de autoridades e de funcionários para cargos de confiança, de comissão e de função gratificada no serviço público.

A súmula também veda o nepotismo cruzado, que ocorre quando dois agentes públicos empregam familiares um do outro como troca de favores. Ficam fora do alcance da súmula os cargos de caráter político, exercidos por agentes políticos.

Com a publicação da súmula, prevista para breve, será possível contestar, no próprio STF, por meio de reclamação, a contratação

de parentes para cargos da administração pública direta e indireta no Judiciário, no Executivo e no Legislativo em todas as esferas da Federação.

Confira o que diz a Súmula Vinculante nº 13:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição federal”.

### Iniciativa do STF atende a anseio da sociedade, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) também comentou a súmula do Supremo Tribunal Federal que veda o nepotismo – inclusive o chamado nepotismo cruzado – nos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Para o senador, o tribunal “repercutiu aspirações da sociedade”, que deseja “um tempo novo” com mudança de postura por parte das autoridades.

Na opinião de Alvaro, a decisão estimulará a redução do número de cargos comissionados na estrutura do Estado brasileiro.

– É claro que há necessidade de se reservar parte desses cargos para a nomeação de pessoas de confiança. Isso é indiscutível. Mas o excesso tem que ser condenado – frisou.

Alvaro disse que o governo Lula já criou inúmeros cargos comissionados por meio de medidas provisórias. Citou como exemplo a MP que dá *status* de ministério à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, criando mais 297 cargos comissionados. Para o senador, este

é o momento de tais cargos serem diminuídos e os concursos públicos valorizados.

– O concurso público premia o talento, a qualificação técnica e profissional. Pessoas que se dedicam, estudam, pesquisam são relegadas a um plano secundário, em nome do privilégio aos que são mais próximos dos detentores do poder. Valorizar o concurso é melhorar a qualidade dos serviços públicos no Brasil. Espero que essa decisão do STF nos proporcione esses avanços.



Alvaro defende valorização dos concursos públicos e redução de cargos comissionados

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário às 9h

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares. Estão inscritos os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).



Legislativo deveria ter agido antes do STF, afirma José Nery

### José Nery elogia fim de “prática danosa”

A aprovação unânime, pelo Supremo Tribunal Federal, da súmula vinculante que proíbe o nepotismo nos três Poderes recebeu elogios de José Nery (PSOL-PA).

– O nepotismo é uma prática que vem fazendo parte da administração pública brasileira desde o início da história política do país. O Judiciário e o Ministério Público já tomaram resoluções que aboliram essa situação dos seus quadros funcionais há pelo menos quatro anos.

Entretanto, afirmou, o Executivo e o Legislativo ainda abrigam “essa prática danosa”. Para ele, o Congresso Nacional deveria ter agido antes do STF. Vários projetos proibindo a contratação de parentes, lembrou, tramitam no Parlamento.

O senador comentou ainda outras decisões do STF, como os dois *habeas corpus* concedidos ao banqueiro Daniel Dantas e as novas regras para o uso de algemas. José Nery apontou “pressa” do STF ao conceder liberdade a “criminosos de colarinho branco”. Para ele, não há a mesma agilidade em relação “aos mais de 200 mil processos de prisões provisórias em que os acusados esperam da Justiça uma posição”.

O senador registrou que, em janeiro de 2009, Belém sediará o Fórum Social Mundial.



Projeto que garante os direitos dos passageiros de avião precisa ser examinado ainda pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

## Novas jazidas serão debatidas com ministro

A descoberta de novas jazidas de petróleo no litoral brasileiro e a expectativa de produção na camada pré-sal serão objeto de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), conforme requerimento acolhido pelo colegiado, de autoria do seu presidente, senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Serão convidados o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; o presidente da Petrobras, José Gabriell; e o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima.

O assunto ganhou destaque na imprensa após declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de que os recursos obtidos a partir da exploração de óleo das novas jazidas sejam destinados ao combate à pobreza e à melhoria da educação no país. Estudos da Petrobras indicam a existência de grandes reservas de petróleo de excelente qualidade. Os reservatórios na camada pré-sal estão localizados a grande profundidade abaixo do leito do mar, na porção do litoral brasileiro que vai do Espírito Santo a Santa Catarina.

As novas jazidas em águas ultraprofundas foram anunciadas pelo governo em novembro, inicialmente na Bacia de Santos, no denominado campo de Tupi. Posteriormente, a Petrobras apontou a possibilidade de existência de reservatórios ao longo da costa, numa extensão de até 800 quilômetros, por 200 quilômetros de largura.

### Itaipu

A CI aprovou outro convite a Edison Lobão, também de autoria de Marconi, para audiência pública sobre os tratados de distribuição de energia firmados entre Brasil e Paraguai, referentes à usina Itaipu Binacional. A hidrelétrica está localizada na fronteira entre os dois países, nos municípios de Foz do Iguaçu (PR) e Ciudad del Este, no Paraguai.



Marconi Perillo (à esquerda, ao lado de Delcídio Amaral) preside reunião da Comissão de Infra-Estrutura que tomou diversas decisões

## Aprovado projeto que pune *overbooking* e atraso de vôo

O ATRASO DE vôos e a venda de bilhetes em número maior do que os assentos disponíveis, prática conhecida como *overbooking*, podem estar com os dias contados no Brasil. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou quarta-feira substitutivo do senador Expedito Júnior (PR-RO) a projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que obriga as empresas aéreas a indenizar passageiros que não embarcaram por excesso de reservas nas aeronaves ou por atraso, interrupção ou cancelamento de vôo.

O projeto de lei (PLS 114/04) tramitava em conjunto com outras três matérias, todas apresentadas em 2007 – PLS 429, também de Serys; PLS 283, de Renato Casagrande (PSB-ES); e PLS 533, de Aloizio Mercadante (PT-SP). Essas proposições, conforme o relator, procuram reforçar mecanismos de proteção aos passageiros em situações nas quais o transportador falha em cumprir satisfatoriamente o contrato de vôo.

“É moralmente indefensável que, por ineficiência administrativa ou operacional das companhias aéreas, ou pela adoção de práti-

cas que consultam tão-somente o seu interesse comercial, usuários do transporte aéreo sejam surpreendidos pela impossibilidade do embarque ou pela súbita notícia do cancelamento do vôo, ou submetidos a esperas que se estendem por prazo indeterminado por força de sucessivos adiamentos na partida”, afirma Expedito Júnior em seu relatório.

Pela proposta, a indenização terá o valor do bilhete aéreo comprado e não exige a empresa de garantir ao passageiro prejudicado o direito ao transporte previsto. O detentor do bilhete poderá optar pela acomodação em vôo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, no prazo de quatro horas a contar do horário previsto para o embarque, pelo reembolso do valor do bilhete ou pelo endosso da passagem.

O transportador também será obrigado a arcar com as despesas advindas do *overbooking*, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem. Não satisfeito, o passageiro poderá recorrer à Justiça para garantir a compensação de

perdas adicionais decorrentes da não-realização da viagem.

O texto aprovado prevê ainda indenização no valor do bilhete comprado em caso de atraso superior a duas horas. Não está prevista indenização por atraso devido a condições meteorológicas ou fechamento temporário dos aeroportos.

### Bagagem

Com relação à bagagem, o substitutivo dispõe que ela deverá ser entregue, ao passageiro, inviolada e em bom estado de conservação no prazo máximo de 20 minutos após o desembarque. Caso não consiga cumprir a determinação, o transportador deverá pagar ao passageiro multa equivalente à metade do valor integral da tarifa paga pelo bilhete de passagem.

Em caso de morte de passageiro ou tripulante, a indenização será de, no mínimo, R\$ 1 milhão. Em caso de lesão grave e permanente, de R\$ 750 mil.

A matéria segue agora para decisão terminativa na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

## Audiência sobre fusão da Oi e Brasil Telecom

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou convite ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, para participar de audiência sobre a proposta de fusão das empresas Oi e Brasil Telecom.

O requerimento, de Romeu Tuma (PTB-SP), prevê que sejam convidados ainda o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg, e representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Com o debate, os senadores querem esclarecimentos sobre os possíveis impactos no setor, caso a ligação entre as empresas venha a confirmar-se. Há preocupação de que a fusão das empresas resulte em excessiva concentração no mercado de telecomunicações. Essa operação de fusão tornou-se possível após a aprovação, pela Anatel, de regra permitindo que uma empresa controladora detenha concessões públicas de telefonia em até duas regiões do país.

– Queremos discutir a situação que poderá se configurar com a fusão e as mudanças ocorridas na legislação para o setor – frisou Tuma.

Wellington Salgado (PMDB-MG) sugeriu que a audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que também aprovou requerimento propondo o debate.

## Comissão examinará benefício a integração de lavoura e pecuária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) poderá examinar quarta-feira proposta que concede incentivos especiais ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária, como os voltados para recuperação de áreas degradadas.

De acordo com a matéria (PLC 78/08), o produtor rural que optar por essas técnicas, a exemplo dos sistemas integrados agropastoris, terá prioridade na concessão de crédito rural e de benefícios associados a programas de infra-estrutura, como energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação. Terá preferência igualmente na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento à produção.



Reunião da CRA está marcada para a próxima semana. Pode ser votado também projeto que estimula a adoção da agricultura intensiva

Em seu relatório favorável, Gilberto Goellner (DEM-MT) argumenta que a legislação já prevê incentivos para ações de preservação e recuperação de vegetação nativa, recursos hídricos e solo, e que a proposta estende esses benefícios aos proprietários

rurais que adotarem sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis.

A fim de ampliar essa cobertura, Goellner acrescentou emenda para incluir a integração dos sistemas produtivos aos cultivos florestais. Ele deixa claro que os

incentivos especiais devem ser concedidos a sistemas agropastoris, agroflorestais e agrossilvoflorestais.

### Fronteira

A comissão examinará também projeto do então senador Jonas

Pinheiro concedendo prazo de mais dois anos para que detentores de título de concessão de terras em faixa de fronteira, outorgado pelos estados, requeiram a ratificação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A relatora do projeto (PLS 475/03), Marisa Serrano (PSDB-MS), apresentou voto favorável à matéria.

O texto será analisado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A CRA votará ainda, em turno suplementar, substitutivo de Osmar Dias (PDT-PR) a projeto que inclui, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da pecuária extensiva pela intensiva (PLS 474/07).



## Paim defende igualdade racial em relações de emprego

Projeto que caracteriza a discriminação racial nas relações de trabalho e prevê a reserva de vagas de emprego a afro-brasileiros na administração pública e no setor privado, está pronto para ser votado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Conforme a proposta de Paulo Paim (PT-RS), os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais serão responsáveis pela inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho. O projeto (PLS 235/08) prevê que 20% dos cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) da administração pública deverão ser preenchidos por afro-brasileiros. Tal percentual será aumentado gradativamente até que esses cargos sejam ocupados por essas pessoas na mesma proporção em que elas aparecem na população.

Caso a proposta seja transformada em lei, haverá um prazo de cinco anos – a partir da promulgação – para que

toda empresa com mais de 200 funcionários tenha em seus quadros 70% da proporção de afro-brasileiros na população economicamente ativa (PEA) do estado em que esteja instalada. O texto, no entanto, ressalva os casos em que requisitos educacionais e de qualificação profissional são indispensáveis ao desempenho da função.

A proposição inclui entre as práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho previstas na Lei 9.029/95 “qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por efeito restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de quaisquer direitos nas relações de trabalho”.

A matéria recebeu voto favorável do relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), e ainda será analisada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.



Paim (D, ao lado de Mesquita Júnior) é autor de proposta que será votada na CDH

## Raupp quer proibir cobrança de tarifa bancária sobre cheques

A cobrança de tarifas pela emissão, compensação e pagamento de cheques poderá ser proibida se aprovado projeto de lei do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que está pronto para análise pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposição conta com parecer favorável do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

De acordo com a proposta (PLS 497/07), o descumprimento da determinação acarretará multa no valor de R\$ 1 para cada conta corrente que a instituição financeira possuir. Na justificativa do projeto, Raupp afirma que a lucratividade dos bancos não pára de crescer no Brasil.

“Há duas fontes para essa lucratividade econômica. De um lado, os *spreads* bancários, ou seja, a diferença entre o custo de captação das instituições e o que elas cobram dos tomadores

de empréstimos. De outro, as tarifas bancárias, que praticamente não existiam antes do Plano Real e hoje são onipresentes na relação entre bancos e clientes”, lembra o senador.

Para Valdir Raupp, um dos maiores abusos nessa prática de cobrança de tarifas bancárias ocorre em relação aos chamados “cheques de menor valor”. Segundo o parlamentar, chega a ser cobrada taxa de R\$ 0,50, em média, por cheque de valor inferior a R\$ 20, em alguns bancos, e a R\$ 40, em outros.

“É para acabar com esse abuso que apresento esse projeto de lei. A partir de sua aprovação, não mais será permitida a cobrança, sob qualquer título ou pretexto, pela emissão, compensação ou pagamento de cheques de qualquer valor”, argumenta o autor na justificativa da proposta.



Proposta de Raupp, que aguarda exame da CAE, já tem voto favorável do relator

Projeto acrescenta artigo à Lei de Responsabilidade Fiscal para penalizar chefe do Executivo municipal que não oferecer, por exemplo, escola a criança entre 4 e 7 anos



Escola Estadual Carlos de Moura, em Serra Nova Dourada (MT): objetivo do projeto é garantir ensino a todas as crianças

## Punição a prefeito que não cuidar bem da educação

JÁ ESTÁ PRONTO para ser analisado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) voto favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto de lei complementar, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), destinado a punir os prefeitos que descumprirem os deveres de natureza educacional. Uma das penalidades previstas é a que proíbe o prefeito de disputar cargos eletivos na eleição subsequente.

Estará sujeito à punição, de acordo com o projeto (PLS 540/07), o chefe do Executivo municipal que, entre outras faltas, deixar de oferecer vagas nas escolas a todas as crianças com idade entre quatro e sete anos; permitir que crianças em idade escolar estejam nas ruas, em horário de aula, desacompanhadas dos pais; não assegurar a todas as escolas condições mínimas de higiene; e não cumprir integralmente seus compromissos com os professores, incluindo pagamento de salários e programas de formação profissional.

A proposta acrescenta artigo à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00). Para o senador, se existe uma lei que pune com rigor prefeitos, governadores e até o presidente da República por má gestão das finanças públicas, é necessário que o país tenha um dispositivo legal que penalize quem deixa de zelar pela educação das crianças – nesse caso, os prefeitos, assinalou.

A matéria, além de ser examinada na CE, será votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



## Alvaro Dias presta homenagem a entidade árabe

Alvaro Dias (PSDB-PR) prestou homenagem aos 60 anos de fundação da Sociedade Árabe Brasileira Beneficente do Paraná. Ele elogiou a trajetória da entidade, destacando sua atuação na ampliação dos laços de amizade entre os povos árabes e os brasileiros.

O senador informou que a sociedade foi fundada em 22 de agosto de 1949 e, durante seis décadas, consolidou a presença da cultura árabe no estado, além de fomentar atividades sociais, culturais e beneficentes.

O parlamentar registrou ainda que a Câmara Municipal de Curitiba aprovou lei concedendo título de cidadão honorário da cidade ao presidente da Sociedade Árabe Brasileira do Paraná, Moutih Ibrahim.

– O Paraná é a terra de todas as gentes. É a realidade de uma miscigenação que elevou nosso estado a uma condição diferenciada, um estado de Primeiro Mundo. E nós não podemos deixar de manifestar a nossa gratidão pela contribuição de todos os povos lá residentes,

mas, neste caso, especialmente ao povo árabe – disse.

### Eleição

Alvaro Dias informou também que proposta de emenda à Constituição de sua autoria (PEC 14/07) altera artigos da Constituição federal para facultar a participação do estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais como eleitor e candidato. A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda designação de relator.



Painel internacional debateu ontem, no Senado, a regulação jurídica e o direito de propriedade sobre a água no Brasil e nos Estados Unidos

# Juristas pedem mais proteção a recursos hídricos

O BRASIL POSSUI uma legislação quanto ao uso da água que é moderna, mas ainda não "saiu do papel", afirmou o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin. Para ele, essa legislação precisa ser mais bem compreendida e aplicada pelos juízes do país.

Essas declarações foram feitas no Senado, durante o painel internacional *Água no Brasil e nos Estados Unidos: Regulação Jurídica, Direito de Propriedade e a Cultura do Desperdício*.

Também participou do evento a jurista e professora norte-americana Jane Cohen. Ela disse que os campos de golfe provocam enormes prejuízos ambientais nos Estados Unidos, além de consumir água que poderia ser utilizada na produção de alimentos. Tanto o ministro como a jurista defenderam maior proteção aos recursos hídricos.

Antonio Herman, que é professor de Direito Ambiental, declarou que o Brasil possui uma legislação moderna no setor, referindo-se à Lei 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Mas, segundo ele, muitos juízes e tribunais ainda são influenciados pela legislação da década de 30. O ministro disse que, nessa época, quando o país ainda estava se industrializando, a água era vista apenas como um meio econômico, enquanto hoje é percebida também como um recurso ambiental que deve ser protegido. Por isso, destacou, a atual lei precisa ser mais bem compreendida e aplicada pela Justiça brasileira.

Jane Cohen afirmou que a água consumida pelos campos de golfe norte-americanos é comprada de agricultores, que preferem vendê-la para ganhar mais dinheiro a utilizá-la em suas plantações. Ela disse ainda que toneladas de pesticidas e herbicidas são lançadas nesses campos de golfe, poluindo, assim, lençóis subterrâneos de água e trazendo riscos à fauna local e à saúde humana.

De acordo com a jurista, os norte-americanos são avessos à regulação e, por isso, a poluição e os prejuízos provocados pelos campos de golfe tornam-se mais difíceis de ser controlados. Como agravante dessa situação, ela citou o poder econômico e a força política dos jogadores de golfe, que dificultariam a implementação de qualquer proposta de regulamentação.

O painel, aberto pelo diretor-geral do Senado, Agacieli Maia, foi promovido pelo Programa Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo), Instituto "O Direito por um Planeta Verde", Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Comissão Fulbright e Embaixada dos Estados Unidos. O debate foi transmitido em videoconferência para as assembleias legislativas e pela internet.



Herman Benjamin (À); Fernando Mattos, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil; Jane Cohen; e Agacieli da Silva Maia, diretor-geral do Senado

## Neste semestre, Interlegis oferece 14 cursos a distância

O Programa Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo) oferece neste semestre 14 cursos gratuitos a distância para capacitação de profissionais em diversas áreas, com o objetivo de facilitar a integração e modernização dos poderes legislativos federal, estadual e municipal.

O programa, iniciado há dez anos, já alcançou cerca de 100 mil alunos, revela o coordenador do Serviço de Capacitação da instituição, Maurício Silva.

– No semestre passado foram 9 mil inscritos, dos quais 5 mil concluíram os cursos, que são oferecidos duas vezes ao ano – explica.

Neste semestre, já são 3.500 alunos matriculados pela internet e os cursos terão duração de dois meses.

Maurício Silva lembra que o Interlegis, além de ser uma secretaria do Senado, é um órgão que recebe financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para cumprir sua meta principal de "auxiliar o Legislativo brasileiro a se modernizar".

– E um dos caminhos para atingir esse objetivo são nossos cursos de educação a distância – explica.

Ele afirma ainda que a procura pelos cursos é grande, inclusive por instituições de outros Poderes, como tribunais e Ministério Público, que têm treinado seus funcionários por meio dos cursos do Interlegis.

– Nosso foco é o Legislativo, mas não podemos fechar as portas para esse público diversificado que nos procura, que chega a representar 60% das matrículas – destaca Maurício Silva.

**Pela internet, alunos acessam treinamentos gratuitos voltados para o Legislativo e a comunidade**

### Cursos

Neste semestre estão sendo oferecidos os cursos Busca da Qualidade; Licitações e Contratos; Pregão Eletrônico; Fundamentos de Ensino a Distância (EAD); Instituições de Controle Orçamentário; Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal; Introdução ao Orçamento Público; Lei de Responsabilidade Fiscal – avançado; LRF; Planejamento da Receita e da Despesa; Orçamento Público; Prática de Orçamento Público; Noções Básicas de Administração; Técnicas de Oratória; e Processo Legislativo Municipal.

Na página Saberes Interlegis os interessados encontram informações

sobre a matrícula e os cursos, alguns promovidos em parceria com outras instituições.

Segundo Maurício, essas parcerias foram adotadas para que o Interlegis tanto possa oferecer cursos fechados para instituições, desde que solicitado, como também ministrar, em nível nacional, cursos de outros órgãos.

Depois de feita a inscrição, o matriculado pode ter acesso ao curso conforme a sua disponibilidade de tempo. Para não ser desligado, o aluno precisa participar dos fóruns de discussão de sua matéria e não ficar mais de 15 dias sem acessar a página.

Vários órgãos já firmaram parcerias com o Interlegis, a exemplo do Ministério Público e do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Na terça-feira passada, o presidente da Câmara Municipal de Montes Claros (MG), Coriolando Ribeiro Afonso, visitou o Interlegis, também interessado em firmar uma parceria. Segundo ele, o curso será oferecido a cerca de mil vereadores.

– Para a nossa região, essa parceria significa a possibilidade de uma maior qualificação profissional, além da formação da cidadania e do resgate da democracia – explicou o vereador.

## Senado entrega hoje títulos em braile a três entidades na Bienal de São Paulo



Estande do Senado no evento internacional, que acontece até o dia 24

Três entidades receberão hoje a coleção em braile do Senado Federal, que o senador Romeu Tuma (PTB-SP) entregará no estande da Casa instalado na 20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, no Parque do Anhembi. Cada entidade receberá exemplares da Constituição do estado de São Paulo, da Lei de Doação de Órgãos, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Defesa do Consumidor.

Serão beneficiados com a doação o Centro de Emancipação Social e Esportiva de Cegos (Cesec), a Associação dos Deficientes Visuais e Amigos (Adeva) e o

Centro de Apoio ao Deficiente Visual (Cadevi). O Cesec foi criado em 1986, a partir da união de ex-alunos do Instituto Padre Chico e defensores das pessoas com deficiência, e transformou-se em uma das principais entidades esportivas de cegos do Brasil. Seu presidente, Mizael Conrado, foi campeão paraolímpico de Atenas e eleito duas vezes o melhor jogador de futebol de salão do mundo em sua modalidade.

Já a Adeva trabalha desde 1978 com a capacitação de pessoas com deficiência visual, visando sua inclusão no mercado de trabalho. Os principais

cursos oferecidos pela entidade são das áreas de informática, telemarketing e vendas.

O Cadevi, fundado em 1984, tem o objetivo de congregar e promover a integração e a reabilitação social de portadores de deficiência visual por meio de atividades nas áreas social, esportiva, educacional e cultural. Um dos serviços oferecidos é o projeto CIC-Cadevi, que disponibiliza informações e recursos para que os cegos possam utilizar-se da informática. A entidade dispõe de um laboratório com equipamentos e sistemas desenvolvidos ou adaptados para pessoas que não enxergam.



Senador destaca complexidade da exploração na camada pré-sal, que requer tecnologias ainda inexistentes e investimento de US\$ 600 bilhões

## Delcidio vê precipitação no debate sobre petróleo

DELCIDIO AMARAL (PT-MS) disse ontem que é preocupante a forma precipitada como estão sendo discutidas questões ligadas às recém-descobertas reservas de petróleo e gás na chamada camada pré-sal da costa brasileira. Na avaliação do senador, o assunto precisa ser estudado com muito cuidado, pois não se trata apenas de aumentar a produção de petróleo e gás, mas de debater o que essa riqueza pode representar para o futuro do país.

Delcidio considerou importantíssima a criação da comissão interministerial que vai analisar qual modelo se deve adotar

para administrar a exploração e comercialização do petróleo. Ele assinalou que essa nova realidade trará desafios imensos nas áreas da ciência, da educação, da capacitação de mão-de-obra e da formulação de uma política industrial, além de reflexos nas áreas sociais e nas desigualdades do país.

O parlamentar vê com muita preocupação a precipitação da



Para Delcidio, excesso de opiniões pode ameaçar estabilidade do setor

discussão de alguns temas.

– Não podemos atropelar as coisas falando de uma nova em-

investimentos da ordem de US\$ 600 bilhões para explorar o petróleo da camada pré-sal

presa, falando de redistribuição de royalties, se nem sequer temos um modelo predefinido. Estamos engatinhando ainda, e o que me preocupa é que essa sucessão de opiniões só traz instabilidade ao setor – afirmou.

Delcidio Amaral lembrou que serão necessários

e que esses recursos não vão surgir da noite para o dia ou criando uma nova estatal. Ele observou que o Brasil precisará da ajuda de outras empresas nesse esforço, que envolverá o desenvolvimento de tecnologias que ainda não existem.

– Pessoalmente, não estou convencido de que seria necessária a criação de uma nova empresa estatal. Acho que, se as regras forem transparentes e claras, o importante para o país é ter o resultado da produção de petróleo. Agora, a modelagem, nós temos que gastar tempo nisso, porque estamos discutindo o futuro – concluiu Delcidio.

## Gim Argello pede Força de Segurança no Entorno do DF

Fotos de Genivaldo Mangelia



Senador leu carta dos governadores de Goiás e Distrito Federal pedindo a presença dos soldados até as eleições

O senador Gim Argello (PTB-DF) leu carta

endereçada ao presidente Lula solicitando a presença da Força Nacional de Segurança no Entorno do Distrito Federal até o fim do processo eleitoral. O pedido, encaminhado pelos governadores do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e de Goiás, Alcides Rodrigues, também foi assinado por dirigentes de diversos partidos da capital e do estado de Goiás, motivados pelo assassinato do candidato a vereador José Venceslau da Costa (PP-GO), que concorria a uma cadeira em Águas Lindas, cidade situada a 45 quilômetros de Brasília. Irmão Venceslau, como era conhecido, foi alvejado na cabeça durante a realização de um comício, na noite de quarta-feira.

Antes dele, explicou ainda Gim Argello, uma candidata a prefeita em Alexânia, Maria Alice (PTdoB-GO), também já havia sofrido um atentado. Para o senador, a Força Nacional deve atuar para neutralizar o "acirramento dos ânimos na disputa eleitoral e o clima de insegurança".

– Precisamos garantir tranquilidade às cidades do Entorno, já que o Distrito Federal é umbilicalmente ligado a essas cidades – avaliou o parlamentar.

Gim Argello expressou seus pésames à família do candidato assassinado e à população de Águas Lindas, e frisou ter confiança na democracia.



## João Pedro parabeniza CPRM pelos seus 38 anos

João Pedro (PT-AM) apresentou requerimento de voto de louvor para a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), vinculada ao Ministério de Minas e Energia e com grande atuação no Amazonas. A empresa completou 38 anos no último dia 15.

O senador parabenizou todos os trabalhadores da companhia, representados na pessoa de seu diretor-presidente, Agamenon Sergio Lucas Dantas. Destacou, entre as atividades atuais da CPRM, o Projeto de Estudos Hidrogeológicos do Alto Solimões, iniciado em maio, que visa planejar o abastecimento de água para todas as cidades da região próxima à fronteira com o Peru e a Colômbia.

João Pedro também relatou em Plenário viagem que fez a cidades históricas do Amazonas, nas quais se encontrou com prefeitos e lideranças de movimentos sociais. Contou ter subido o rio Madeira, cuja importância para escoamento de grãos produzidos na região Centro-Oeste foi por ele destacada. O senador disse que visitou as cidades de Borba, onde acontece a Festa de Santo Antônio, maior manifestação religiosa do Amazonas; Manicoré, município no qual João Pedro defendeu a agregação de valor à produção nos vários projetos extrativistas locais; Apuí, onde há brasileiros de todos os lugares; e Maués, que concentra a produção amazonense de guaraná.



João Pedro ainda relatou viagem a cidades de seu estado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Marco Antonio Costa • José Nery • Mão Santa

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de**

**Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:**

Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira

**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e

Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Antonio Carlos Júnior diz que povo da Bahia veste luto por Caymmi, mas com orgulho



Moreira Alariz

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) fez na última quarta-feira uma homenagem ao compositor baiano Dorival Caymmi, morto no último dia 16. O senador, que apresentou em Plenário voto de pesar pela morte do músico, destacou o papel de Caymmi como um dos principais "artífices do mosaico que forma a identidade baiana", ao lado de Jorge Amado e outros.

– A Bahia se orgulha de seus filhos, ilustres ou anônimos, e por isso sofre muito quando os perde. Essa dor é tão mais aguda, mais sentida, quando o filho que se vai é aquele que

lhe falava ao coração, louvava suas belezas, descrevia sua gente com os olhos do amor – assinalou.

Embora tenha destacado a forte identificação entre Caymmi e a sua terra, Antonio Carlos Júnior observou que a obra do compositor "transcende as fronteiras baianas" e influenciou decisivamente o universo musical brasileiro, tanto que tem sido revisitada no momento em que se comemoram os 50 anos da Bossa Nova.

– Caymmi é universal e atual – acrescentou o senador, lembrando que uma de suas obras-

primas, *O que é que a baiana tem?*, completará 70 anos em 2009 e teve incontáveis interpretações, sendo a canção que lançou Carmen Miranda.

De um ponto de vista mais pessoal, o senador disse que sua ligação com Caymmi data dos seus 4 anos de idade, quando, já sofrendo a influência do pai, senador Antonio Carlos Magalhães, passou a admirar o compositor.

– A Bahia veste luto, mas o faz com imenso orgulho – frisou ACM Júnior, salientando a relação de Caymmi com a sua gente.



Dorival Caymmi (à direita, com Jorge Amado) morreu aos 94 anos

## Mesquita Júnior: há campanhas irregulares no Acre

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) denunciou ontem um processo de intimidação que estaria perturbando a campanha eleitoral no município acreano de Capixaba, próximo a Rio Branco. Entre outras arbitrariedades, segundo o senador, o prefeito e candidato à reeleição, Joais Santos (PT), estaria obrigando os cidadãos a afixar cartazes dele pela cidade.

Mesquita Júnior também informou que famílias com parentes empregados na prefeitura estariam sendo obrigadas a apoiar Santos, sob a ameaça de que, se não o fizessem, o servidor público poderia sofrer represálias.

Os carros que servem à prefeitura, por exemplo, de acordo com o senador, estariam trafegando sem a identificação "a serviço da prefeitura municipal" – e sendo usados na campanha, "de forma descarada". Mesquita Júnior disse ainda que outras cidades estão vivendo o mesmo problema e que está estudando a possibilidade de acionar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Ministério Público Eleitoral.

– O que o processo eleitoral tem de bonito é a possibilidade de todos externarem a sua opinião, o seu voto, com liberdade. Mas parece que isso não está sendo possível em Capixaba – protestou Mesquita Júnior.

O parlamentar manifestou pesar pela morte de "duas pessoas muito queridas e estimadas no Acre", a juíza Maria Tapajós, ex-titular do Juizado da Infância e da Juventude, e o cantor popular da noite Geraldo Leite.



Gerardo Magalhães

Mesquita Júnior pretende acionar a Justiça Eleitoral e o Ministério Público



Antônio Milheiro/ABR

Um dos setores produtivos mais desenvolvidos da capital amazonense é o de duas rodas, com faturamento de R\$ 2,7 bi

## Jefferson destaca dinamismo do Pólo Industrial de Manaus

Senador afirma que empreendimento está plenamente consolidado e contribui para inibir desmatamento, por oferecer opções econômicas em vários ramos da tecnologia

O SENADOR JEFFERSON Praia (PDT-AM) classificou ontem o Pólo Industrial de Manaus como "uma realidade positiva, dinâmica e plenamente consolidada". Segundo informou, no primeiro quadrimestre de 2008, o faturamento do pólo atingiu US\$ 9,4 bilhões, 27% a mais que no mesmo período do ano passado.

Jefferson Praia lembrou que o pólo industrial é resultado de um trabalho de 41 anos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que propiciou múltiplas alternativas de investimento, empreendedorismo, emprego, trabalho e renda. O desenvolvimento proporcionado seria responsável, inclusive, por inibir o desmatamento nos estados da região Norte, justamente por criar opções econômicas em diversos ramos da tecnologia.

### Desempenho

De acordo com o senador, destacam-se no Pólo Industrial de Manaus os setores de duas rodas, com faturamento de US\$ 2,7 bilhões e crescimento de 54%; o metalúrgico, com US\$ 647 milhões de faturamento e crescimento de 43%; o relojoeiro, com faturamento de US\$ 90 milhões e crescimento de 35%.



Jonas Pereira

Jefferson diz que iniciativa resulta de um trabalho de 41 anos da Suframa

Também vêm apresentando bom desempenho os setores mecânico e ótico.

Em números absolutos, o segmento produtivo líder, ainda segundo o parlamentar, continua sendo o de eletroeletrônicos, com faturamento de US\$ 3,8 bilhões, em contraste com os US\$ 3,2 bilhões do período passado. Ele informou que, na área de televisores, com telas de LCD e de plasma, de janeiro a abril deste ano, foram fabricados 535 mil unidades, num crescimento de 289% em relação ao mesmo período de 2007.

Já a produção de receptores e decodificadores de sinal digital via cabo, satélite e transmissão

terrestre local saltou de 1,3 milhão para 1,9 milhão de unidades. A fabricação de câmeras fotográficas digitais, de discos compactos, auto-rádios, aparelhos de som e de microcomputadores registrou, igualmente, forte expansão, assinalou o senador, com índices de crescimento de 169%, 48%, 42% e 34%, respectivamente.

– Tudo isso reflete não apenas a robusta ampliação da demanda doméstica, decorrente da melhoria da situação do consumidor brasileiro nos últimos anos, mas também o bom desempenho das exportações do pólo industrial – observou.

Conforme Jefferson Praia, na comparação entre os primeiros quadrimestres de 2007 e 2008, as vendas ao mercado externo exibem alta de 23%, num total de US\$ 336 milhões.

Os resultados, afirma, decorrem da retomada das exportações de telefones celulares, do incremento das relações com os países da nossa vizinhança sul-americana e com outros blocos econômicos. Para intensificar e ampliar esse processo, Jefferson Praia disse que a Suframa tem enviado missões comerciais a países desenvolvidos e participado de eventos na Europa, na Ásia e na América.

## João Vicente quer fomento à inovação tecnológica

A necessidade de o Brasil definir com urgência uma política interna de fomento à inovação tecnológica foi ressaltada por João Vicente Claudino (PTB-PI). Na opinião do senador, o país precisa conceder incentivos eficazes, que contemplem a possibilidade de participação, juntamente com o setor privado nacional, de empresas multinacionais, no processo inovador.

– O Brasil vive um dilema entre sua política interna de fomento à inovação e, portanto, à criação de produtos patenteáveis, e sua política externa de reticência quanto ao regime internacional de propriedade intelectual.

Para o crescimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento no país, ele destacou a importância do respeito às patentes obtidas legitimamente dentro dos parâmetros do Direito Internacional de proteção à propriedade intelectual.

– O acolhimento de empresas que desejem investir em desenvolvimento de ciência e tecnologia no Brasil não deve ter qualquer caráter xenofobo ou discriminatório. A condição necessária e suficiente é que os ganhos possam beneficiar e ser repartidos com a nação brasileira, no caso de investimentos estrangeiros – disse.

### Qualidade de vida

João Vicente Claudino ainda apresentou voto de aplauso ao Centro de Formação Mandacaru, de Pedro II (PI).

O centro é uma entidade filantrópica que atua em 15 municípios ensinando técnicas de melhoria da qualidade de vida para famílias do semi-árido.



Jose Cruz

João Vicente Claudino homenageia o Centro de Formação Mandacaru



Para o senador, que acompanhou de perto os fatos, suicídio calou inimigos do presidente. Segundo ele, a Petrobras foi aconselhada, à época, a buscar petróleo no mar

# Paulo Duque lembra os 54 anos da morte de Getúlio Vargas

AO RELEMBRAR EM Plenário o suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) sustentou que, com o gesto, o ex-presidente "calou seus adversários, deixando um legado de heroísmo, firmeza e personalidade". O parlamentar também observou que Getúlio saiu pobre da política.



Segundo Paulo Duque, Getúlio deixou legado de "heroísmo e firmeza", além da Petrobras, criada por ele em 1953

– Getúlio se matou com um tiro no coração para defender sua honra. Falsos amigos, traidores natos, aproveitadores, políticos inescrupulosos, tudo isso fez com que ele, naquela trágica manhã, conseguisse reverter o quadro político dos que o xingavam, dos que o atazanavam e que passaram a ter uma expressão tristonha, a ficar arrependidos e até mesmo a chorar – afirmou.

Paulo Duque disse ter acompanhado de perto os episódios que culminaram no suicídio, não só por morar no Rio de Janeiro,

mas também por estudar Direito a um quarteirão do Palácio do Catete, sede do governo à época e hoje transformado no Museu da República. Ele lembrou que a crise começou duas semanas antes, com a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda e observou que a Aeronáutica, mesmo com as "deficiências da época", conseguiu investigar e prender os autores do atentado.

O senador mencionou que Getúlio Vargas criara, um ano antes, a Petrobras. Sete anos depois, disse Paulo Duque, o



Divulgação

geólogo norte-americano Walter Link, contratado pela estatal brasileira, sustentou que algumas áreas do país não tinham petróleo.

– No final do seu relatório, Walter Link diz o seguinte: a Petrobras deveria pensar em buscar petróleo no mar. É como se ele estivesse advertindo assim: 'Olha, eu sei onde é que está o ouro' – afirmou Paulo Duque, que informou que fará um discurso sobre a Petrobras.

## Costa exalta decisão do STF sobre o Tocantins

Em pronunciamento ontem, o senador Marco Antonio Costa (DEM-TO) comunicou que a Assembléia Legislativa do Tocantins aprovou em regime de urgência, no último dia 8, projeto de lei do Executivo estadual – que deu origem à Lei 1.950/08 – com o objetivo de corrigir "possível inconstitucionalidade" da Lei 1.124/00, que permitiu a criação, por meio de decretos, de cargos públicos comissionados na administração estadual.

O senador lembrou que no último dia 14, por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) declararam a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 1.124/00 e, por consequência, a nulidade de todos os decretos que criaram mais de 35 mil cargos públicos na administração do Tocantins.

Marco Antonio Costa explicou que, por meio da Lei 1.950/08, o Legislativo criou os mesmos

cargos em comissão que haviam sido instituídos pelos referidos decretos, revogando a Lei 1.124/00. Segundo ele, são os mesmos cargos, dados aos mesmos ocupantes e com exatamente os mesmos vencimentos.

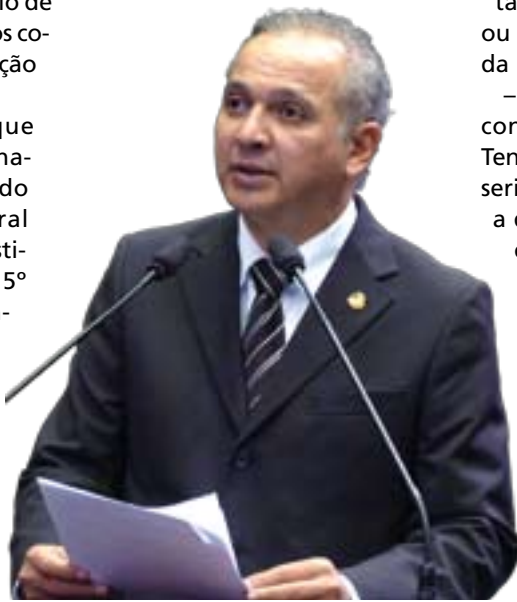
– Ou seja, antecipando-se à decisão do STF, os Poderes Executivo e Legislativo do To-

cantins garantiram uma opção para evitar a desorganização administrativa do estado. Fizeram o que deve fazer uma administração pública responsável – afirmou.

O parlamentar pelo Tocantins, porém, disse ser "inacreditável" a repercussão da matéria na imprensa, que tem feito críticas à aprovação da Lei 1.950/08, "talvez por desconhecimento ou interpretação equivocada" da norma legal.

– Há tentativas inclusive de confundir a opinião pública. Tenho ouvido que a Lei 1.950/08 seria uma forma de descumprir a decisão do Supremo. Ora, é exatamente o contrário, a nova lei corrige uma distorção e reforça a decisão do tribunal – ressaltou.

Marco Antonio Costa disse ainda que "o mesmo grupo político que criou e usou a Lei 1.124/00, depois de ser vencido nas eleições de 2006, questionou no Supremo Tribunal sua constitucionalidade".



## Mão Santa cobra ação da PF contra acusados de corrupção

O senador Mão Santa (PMDB-PI) comentou ontem matéria publicada pelo jornal *Diário do Povo*, de Teresina, com denúncias sobre a existência de esquema de corrupção na Secretaria Estadual de Educação, envolvendo o secretário da pasta, deputado federal Antonio José Medeiros (PT); o secretário estadual do Trabalho, deputado estadual Hélio Isaías; o advogado Nelson Nery; e o governador do Piauí, Wellington Dias.

Mão Santa acusou a Polícia Federal (PF) de não providenciar a prisão de petistas no estado, pois seriam "imunes", e citou escândalos envolvendo o partido, como, disse, os detectados pela Operação Sanguessuga e os relacionados à construtora Gautama.

– Estou perplexo. Por que a Polícia Federal não algema

ninguém do PT?

De acordo com o senador, o partido "gere mal" o estado, que está "afundando", e hoje, conforme afirmou, o Piauí voltou a ter os piores índices do Brasil.

Mão Santa também comentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir o nepotismo no Executivo, Legislativo e Judiciário. Para ele, "é importante separar o joio do trigo": cargo de confiança, limitado a um período, não é a mesma coisa que entrar "no governo pela porta larga", em vez da "porta estreita, do concurso". O senador citou as ex-primeiras-damas Eva Perón, da Argentina, e Darcy Vargas, do Brasil, que, ressaltou, ocuparam cargos de confiança na gestão de seus maridos, Juan Perón e Getúlio Vargas.



Fotos de Genivaldo Mangel

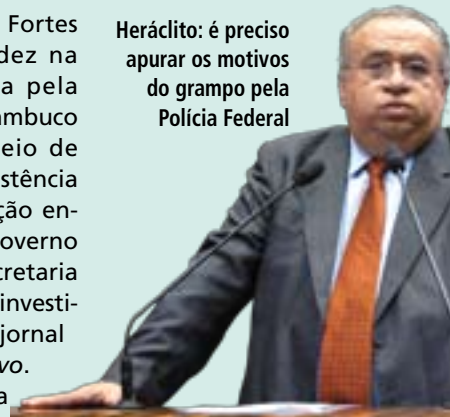
Conforme Mão Santa, os envolvidos são "imunes" à prisão. "Estou perplexo", disse o senador

## Heráclito pede rapidez em investigação no Piauí

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) cobrou rapidez na investigação realizada pela Polícia Federal em Pernambuco que descobriu, por meio de escuta telefônica, a existência de esquema de corrupção envolvendo recursos do governo federal repassados à Secretaria de Educação do Piauí. A investigação foi revelada pelo jornal piauiense *Diário do Povo*. Heráclito assinalou que a secretaria é comandada pelo deputado federal licenciado Antonio José Medeiros.

– A história relatada é preocupante porque envolve pessoas que serviram e que servem ao governador Wellington Dias. Envolve um dos advogados mais requisitados do estado, Nelson Nery, a quem respeito muito; o deputado estadual Hélio Isaías, meu amigo pessoal; e o ex-secretário de governo de Wellington Dias, Joaquim Almeida, que foi meu secretário de governo quando fui prefeito de Teresina.

Heráclito: é preciso apurar os motivos do grampo pela Polícia Federal



Citando o jornal, Heráclito disse que Joaquim Almeida apresentou denúncia à Procuradoria Geral da República no Piauí pedindo apuração do caso. O senador pediu que o ministro da Educação, Fernando Haddad, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF) apurem as denúncias.

– Precisamos apurar por que a Polícia Federal fez esses grampos, qual o objetivo e a que conclusões chegou. Esse fato precisa ser esclarecido – ressaltou.

### A água vale ouro

Atas: Crisó Quartim - Fotos: Prunha e Instituto Akatu

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

Diminua o tempo do banho

Elimine os vazamentos

Não deixe a torneira pingando

Use a vassoura, e não a mangueira, para limpeza

Instale torneiras com sensores automáticos

Use uma bacia para lavar louça

Escove os dentes com a torneira fechada

Campanha do Jornal do Senado